

Constituinte derrota esquerda e mantém jornada de 44 horas

BRASÍLIA — Depois de duas tentativas frustradas de reduzir a jornada semanal de trabalho para 40 e 42 horas, a Constituinte manteve as 44 horas aprovadas pela Comissão de Sistematização. A nova Carta prevê ainda que a duração diária de trabalho não poderá ser superior a oito horas, mas faculta a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

A esquerda, através dos deputados Olívio Dutra (PT-RS) e Paulo Ramos (PMDB-RJ) tentou reduzir a jornada. A proposta de 40 horas obteve somente 193 votos favoráveis contra 308 e oito abstenções. Olívio Dutra e Aldo Arantes (PC do B-GO) defenderam a medida para, entre outras coisas, segundo o primeiro, "ajudar a acabar com a miséria". Ao falar contra, o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) disse que "historicamente, em nenhum lugar do mundo se acabou com a miséria trabalhando menos."

A proposta de Paulo Ramos,

tentando reduzir a jornada para 42 horas, teve 179 votos a favor, 292 contra e 12 abstenções. Depois foi votada proposta do deputado Rosa Prata (PMDB-MG), que retirava do texto constitucional a duração da jornada semanal, fixando apenas as oito horas diárias. Teve apoio de somente 27 constituintes, contra 447 e seis abstenções. Durante as sucessivas votações, o líder Mário Covas orientou a bancada a votar contra as 40 e 42 horas, alegando que o acordo era para manter as 44 horas.

Posteriormente, uma proposta dos deputados Paulo Paim (PT-RS) e Antônio Perosa (PMDB-MT) definiu a compensação de horário e a redução da jornada como alternativa, e obteve apoio quase total: 464 votos a favor, cinco contra e seis abstenções. A atual Constituição não estabelece jornada semanal de trabalho, apenas fixa a jornada máxima diária de oito horas.

Turnos — As empresas que trabalham 24 horas por dia sem inter-

rupção terão que contratar quatro turmas de trabalhadores porque a Constituinte aprovou, por 324 votos contra 125 e 25 abstenções — numa das maiores derrotas do *Centrão* — a jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva. A legislação atual não fixa o horário máximo para esses turnos. "Houve um compromisso de um dos autores da proposta, deputado João Paulo (PT-MG), do líder Mário Covas e do relator Bernardo Cabral de retirar a expressão "máxima" quando for votado o segundo turno.

Para possibilitar a aprovação da proposta, primeiro o líder do PMDB, senador Mário Covas, pediu para ser votado em separado o texto do *Centrão*, que dizia: "Jornada especial de trabalho para turnos de revezamento, ininterruptos, conforme convenção ou acordo coletivo". O texto só conseguiu 209 votos, quando eram necessários 280.

Salário mínimo garante lazer

O salário mínimo terá que garantir ao trabalhador o lazer, além de necessidades básicas como moradia, alimentação, educação, saúde, vestuário, higiene e transporte. A determinação constará da nova Constituição e foi aprovada ontem por 348 votos a 105 e 10 abstenções. A Constituinte resolveu ainda que os servidores terão como teto salarial a remuneração básica do nível mais alto da carreira, o que significa o fim dos *marajás* no serviço público.

Atualmente, a Constituição recomenda que o salário mínimo deve ser nacionalmente unificado e precisa atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família. A legislação trabalhista específica que as necessidades básicas são moradia, alimentação, higiene, transporte e vestuário. Além disso, a Constituinte aprovou o piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho, o 13º salário para todos os trabalhadores, inclusive aposentados, e a irredutibilidade do salário.

Por 411 votos a 77 e 14 abstenções, determinou-se que a irredutibilidade não atingirá os funcionários públicos que ganhem mais do que a remuneração básica do nível mais alto da carreira.

Evangélico diz que não é seita

O deputado e pastor evangélico Mathews Iensen (PMDB-PR), autor da emenda que dá cinco anos de mandato para o presidente Sarney, fez um discurso na Câmara respondendo ao arcebispo de Salvador e cardeal primaz do Brasil, D. Luciano Moreira Neves, que em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* chamou a Igreja Assembléia de Deus, à qual é ligado Iensen, de "seita".

Iensen disse que sua igreja tem 12 milhões de adeptos em todo o país e aconselhou D. Luciano a promover na Igreja Católica "uma séria volta aos princípios fundamentais da Igreja no Novo Testamento, a fim de que ainda possa justificar o lugar que ainda deseja ocupar, o de única orientadora espiritual do povo brasileiro".

□ Desde ontem são dois os principais suspeitos de terem fraudado o voto do deputado José Sarney Filho, dia 9 deste mês, de acordo com a Comissão de Sindicância designada para apurar o fato: o deputado Victor Trovão e o senador Edison Lobão, ambos pefelistas maranhenses, integrantes do *Centrão* e amigos de longa data da família Sarney. A suspeita se baseia no fato de terem sido vistos sentados nas imediações da poltrona onde votou o fraudador, e, apesar disso, terem utilizado os postos avulsos de votação.



Brasília — Luiz Antônio

□ A apreensão dos cartazes que denunciavam "os traidores do *Centrão*" não assustou o Sindicato dos Bancários de Brasília. Mais cinco mil cartazes começaram a ser colados nas principais ruas e avenidas da capital (foto). Desta vez os bancários contam com o apoio de mais de 20 sindicatos e entidades de trabalhadoras do Distrito Federal e do PT de Brasília.

— "Vamos continuar a campanha e os cartazes que estamos colando são os primeiros cinco mil que mandamos imprimir", explicou o diretor de propaganda do sindicato, Luiz Cláudio Chaves Lopes. Segundo ele, até agora a Polícia Federal não disse em que artigo do Código Penal seriam enquadrados os cartazes e os dirigentes sindicais.

Juiz rejeita ação de Quércia contra Pedreira

SÃO PAULO — Em uma sentença longa e dura, na qual considera que a "corrupção, aqui destinada à perpetuidade, está em recrudescência na desgastada Nova República", o juiz Walter Saraiva de Medeiros, da 2ª Vara Criminal do Fórum de Santana — bairro da Zona Norte de São Paulo — rejeitou a denúncia apresentada em março de 1986 pelo atual governador Orestes Quércia contra o jornalista Fernando Pedreira, ex-redator-chefe do JORNAL DO BRASIL. Quércia considerou-se injuriado por um artigo de Pedreira, publicado naquele mesmo mês no JORNAL DO BRASIL e *O Estado de S. Paulo*, no qual o jornalista o comparava ao ex-governador Paulo Maluf depois de afirmar que o "adamarismo, o malufismo

e o janismo representam a velha e sempiterna corrupção".

"Nada há de novo no que se publicou", afirma o juiz Saraiva Medeiros na sentença em que rejeitou o pedido do governador para processar Fernando Pedreira por injúria, com base na Lei de Imprensa. "O que se escreveu", continua, "não anda em contradição com o que se sabe... Raro o político não comprometido com o tráfico de influência que abalou recentemente a Seplan (Secretaria de Planejamento da Presidência da República)".

O governador Orestes Quércia ainda pode impetrar recurso contra a sentença do juiz Walter Saraiva Medeiros, junto ao Tribunal de Alçada Criminal.

Almino — Representantes dos governadores do PMDB farão nos dias 12, 13 e 14 de março, em Goiânia, reunião para discutir o plano de emergência econômico e social para o país proposto pelo vice-governador de São Paulo, Almino Afonso. Almino esteve ontem com os governadores Moreira Franco, do Estado do Rio, Waldir Pires, da Bahia, e Max Mauro, do Espírito Santo. "O pano de fundo de tudo isso é a necessidade de eleições diretas este ano", afirmou o vice-governador em Salvador.

Ministros — Convocados não pelo presidente José Sarney, mas pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, onze ministros reúnem-se hoje às 9h no Ministério da Justiça. Entre eles, o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia. Segundo Brossard, a reunião se destina a fazer uma avaliação política do governo e a discutir a situação atual do país. Explicando a convocação do ministro da Marinha, Brossard disse: "Não distingo entre ministros do PMDB, do PFL e militares. Todos nós fazemos uma unidade."